



## Produtores rurais de alimentos artesanais e tradicionais tem dificuldade para:

56% atender **exigências legais** quanto à produção e processamento

25% obter **lucro** e ter **clientela** fixa

19% receber **assistência técnica** e estabelecer **preço** do produto



## OBJETIVO

---

Agregar valor à produção dos pequenos e médios produtores rurais de alimentos artesanais e tradicionais



# Busca Ativa

Cadastro de Produtores Rurais de  
Alimentos Artesanais e Tradicionais



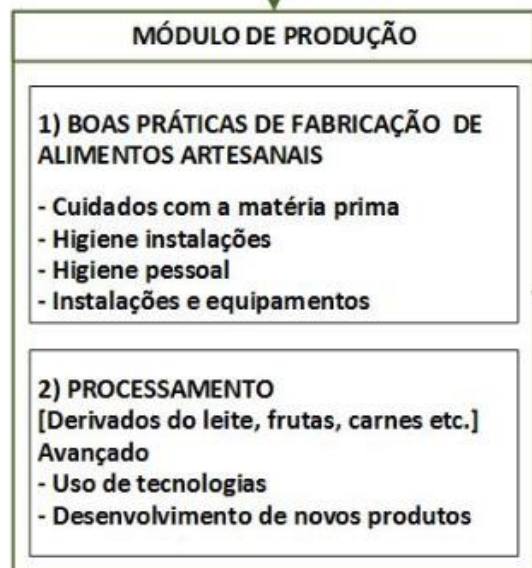


## Capacitação e Assistência Técnica e Gerencial



- Assistência Técnica e Gerencial
- Capacitação em boas práticas de produção e processamento
- Consultoria em criação de marcas, embalagens, rótulos e marketing
- Consultoria para regularização da empresa e legislação



**MÓDULO DE COMERCIALIZAÇÃO**

- 1) LEGISLAÇÃO
  - 2) EMBALAGENS, MARCAS E REGISTROS
  - 3) MARKETING
  - 4) COMERCIALIZAÇÃO
  - 5) TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO
  - 6) REGULARIZAÇÃO DA EMPRESA
- 

CONSULTORIAS TÉCNICAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO PARTICIPANTE



## Regulamentação



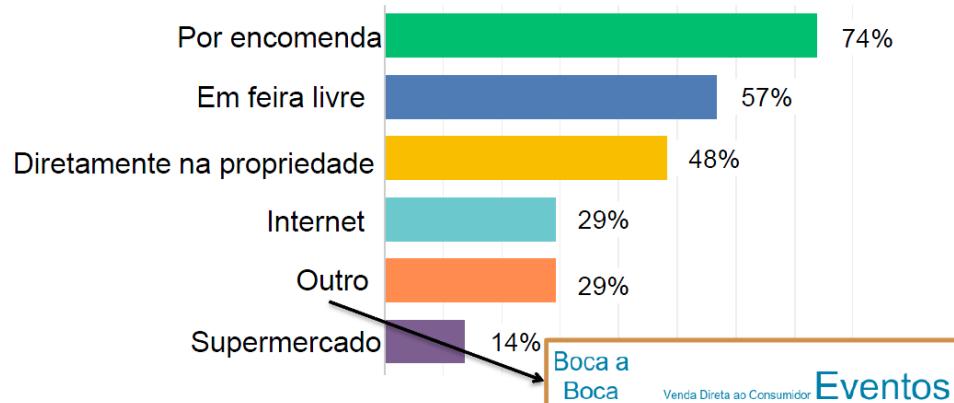
- Definições de alimentos artesanais
- Regulamentação da Lei de Alimentos Artesanais de Origem Animal (Lei nº13.680/2018)
- Orientações às Federações, Sindicatos e Produtores Rurais

- Rodadas de negócio e concursos de qualidade
- Feiras e eventos
- Atuação junto à chefs de cozinha, restaurantes e nutricionistas.
- Plataforma para comercialização online
- Protocolo de Qualidade para Artesanais do Brasil



**Comercialização e marketing**

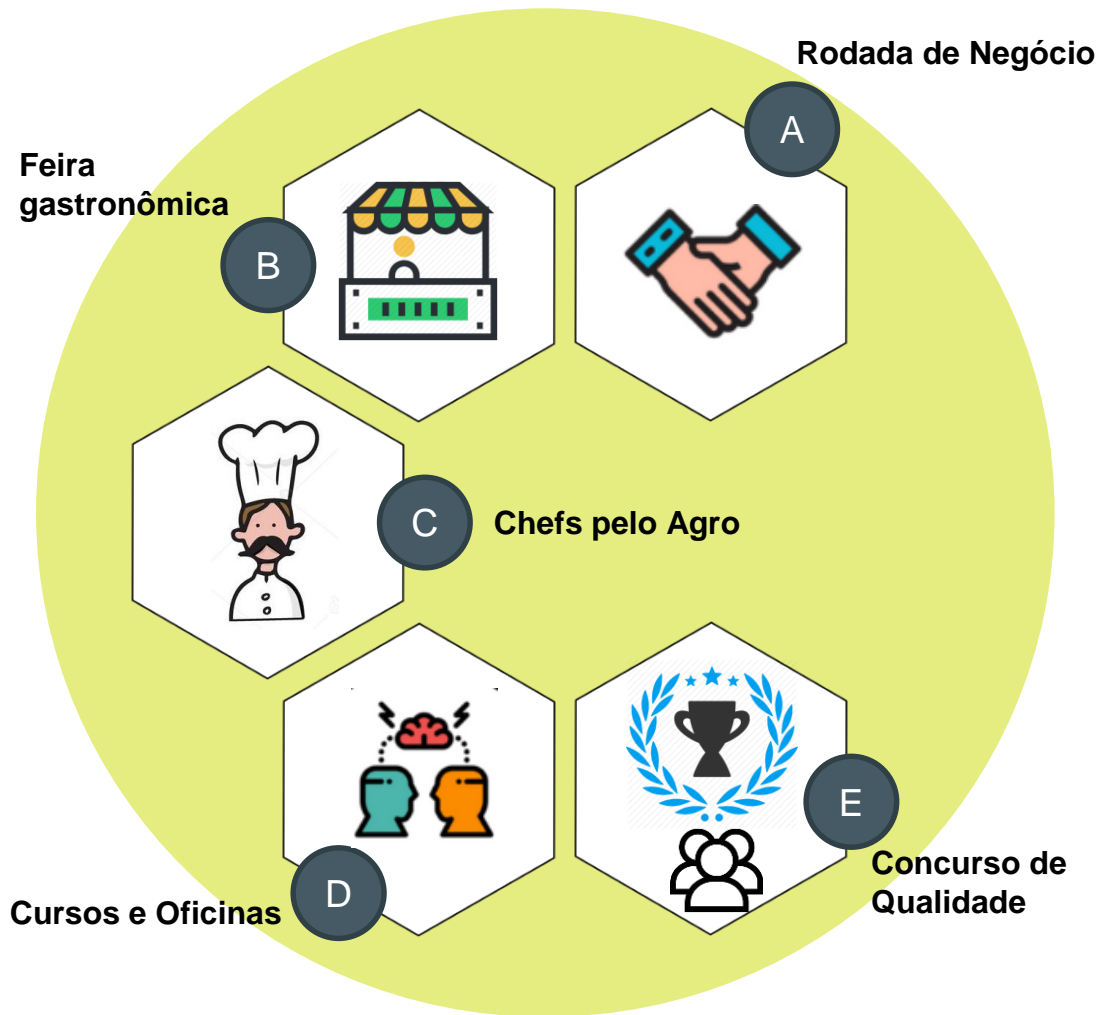
## COMO COMERCIALIZA O PRODUTO?





## Circuito Brasil de Alimentos Artesanais e Tradicionais

Realizar um ou mais desses eventos em cada uma das regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul



- Promoção do Turismo Rural
- Promoção do desenvolvimento de Rotas Turísticas
- Fortalecimento de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas



**Organização Coletiva**

## Tributação e Crédito

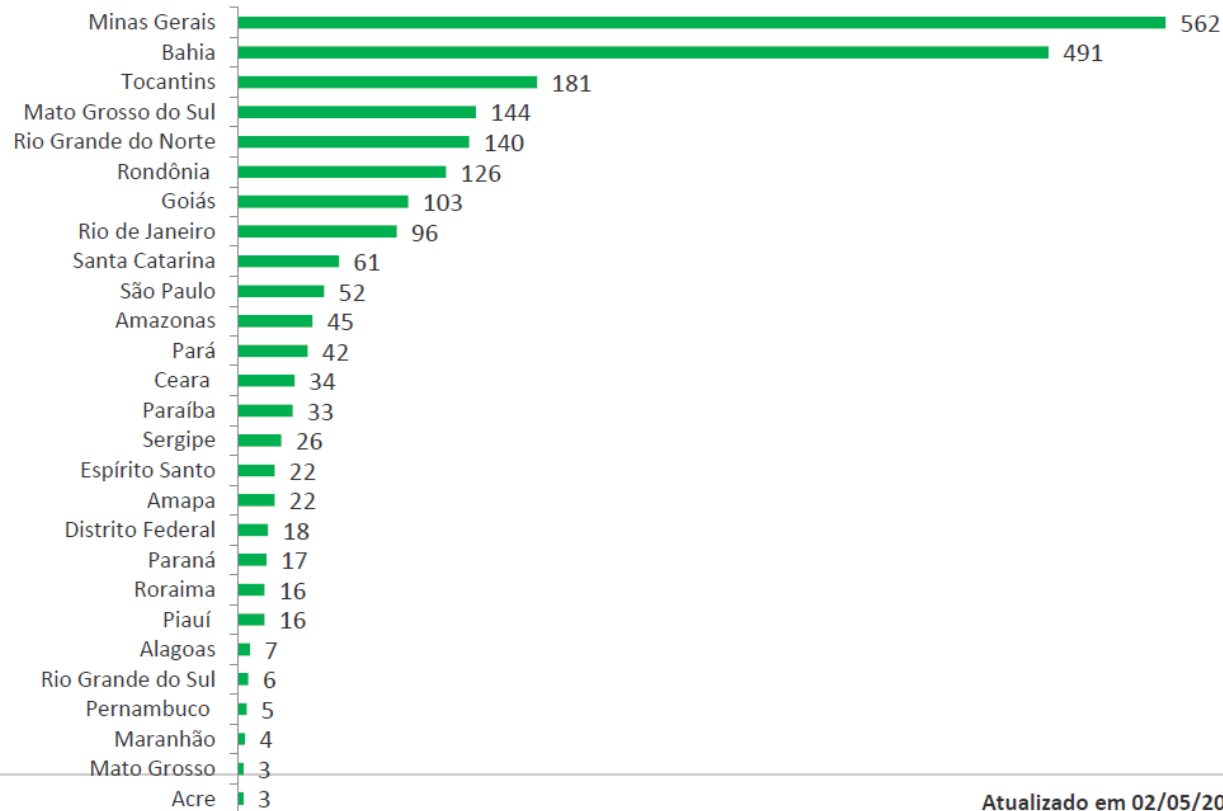


- Melhoria do modelo tributário
- Melhoria dos instrumentos e do acesso ao crédito





## Distribuição de cadastros por Unidade da Federação:

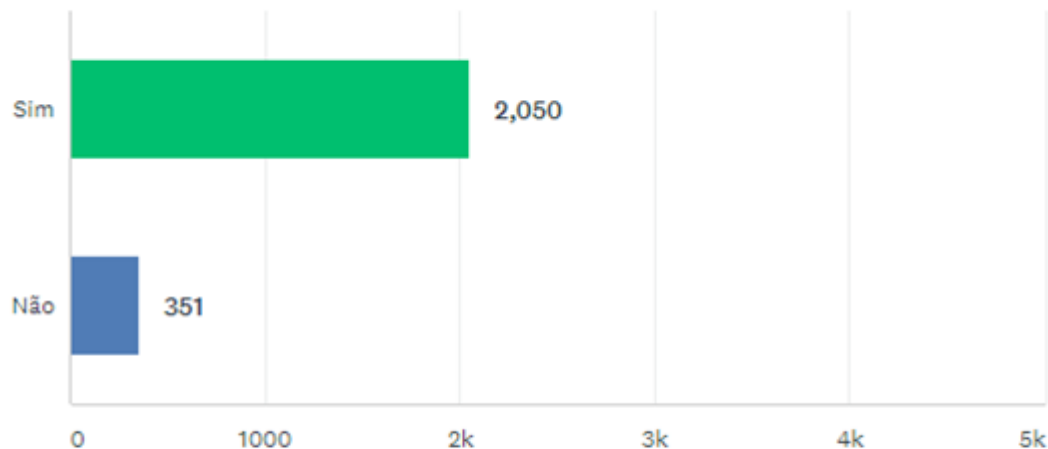


Atualizado em 02/05/2019



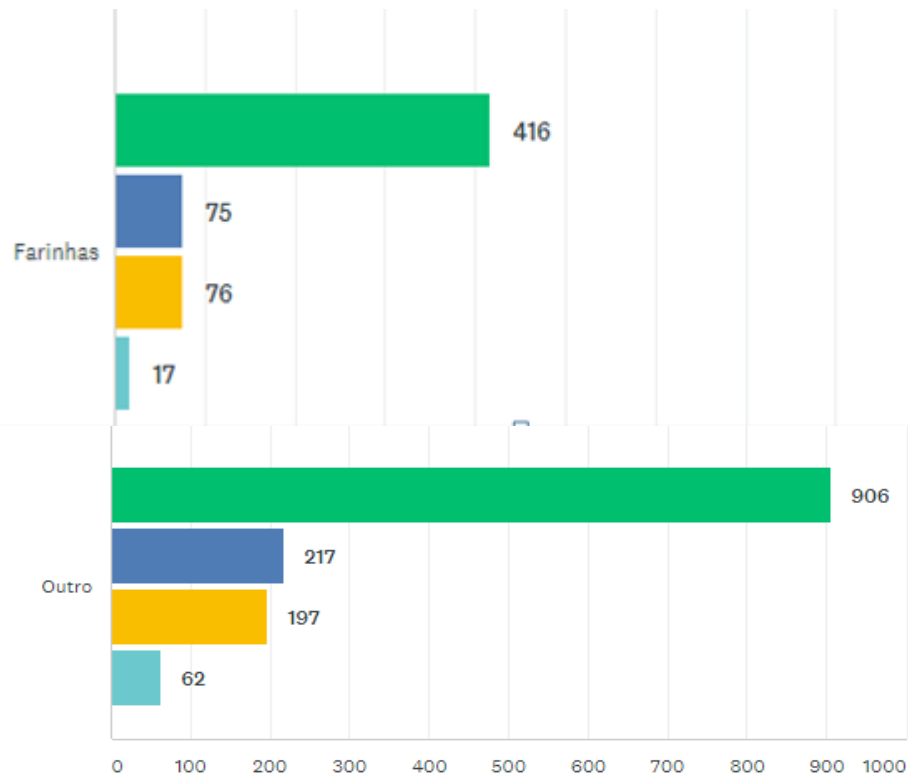
# É produtor agricultor familiar?

Responderam: 2,401 Ignoraram: 415



OPÇÕES DE RESPOSTA		RESPOSTAS
Sim	85.38%	2,050
Não	14.62%	351
TOTAL		2,401





- Produzo
- Meu produto possui embalagem e rótulo
- Meu produto possui marca própria
- Meu produto possui selo de inspeção (municipal, estadual ou federal)



# Regulamentação



## Produtos alimentícios ~~de origem animal~~ produzidos de forma artesanal

“São os produtos comestíveis elaborados com predominância de matérias-primas ~~de origem animal~~ de produção própria ou de origem determinada, resultantes da adoção de técnicas predominantemente manuais por indivíduo que detenha o domínio integral do processo produtivo, submetidos ao controle do serviço de inspeção oficial, sendo o produto final de fabrico individualizado e genuíno, que mantenha a singularidade do produto e as características tradicionais, culturais ou regionais”.

ANVISA ➡ RDC Nº49 de 31 de outubro de 2013

## *Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária*



Principais aspectos dessa RDC:

- 1) Regularização sanitária no âmbito do SNVS: MEI, EFR e EES.
- 2) Segurança sanitária de bens e serviços.
- 3) Promoção da inclusão social, produtiva e de boas práticas pelos órgãos de SNVS.
- 4) **Harmonização de procedimentos de formalização e regularização, considerando os costumes, os conhecimentos tradicionais e aplicando as boas práticas.**
- 5) Transparência de procedimentos de regularização.
- 6) Racionalização, simplificação e padronização de processos e dados do SNVS.

RDC Nº49 de 31 de outubro de 2013

7) Integração e articulação de processos a fim de evitar a duplicidade de exigências.

**8) Proteção à produção artesanal.**

9) Previsão de programas de capacitação.

10) Razoabilidade quanto às exigências aplicadas.

11) Natureza prioritariamente orientadora da fiscalização.

12) Classificação de risco para priorização das ações.

13) Regularização automática para atividades de **baixo risco**.





Art. 21 Os empreendimentos objeto desta resolução, bem como seus produtos e serviços, ficam isentos do pagamento de taxas de vigilância sanitária, nos termos da legislação específica.

**Obs: Os órgãos de vigilância sanitária, observando o risco sanitário, poderão regularizar as atividades do MEI, do EFR e do EES, instalados em:**

**I - área desprovida de regularização fundiária legal ou com regulamentação precária;**

# Obrigada!

---

Marina Zimmermann

Assessora Técnica — SUT

61 2109-1465

[marina.zimmermann@cna.org.br](mailto:marina.zimmermann@cna.org.br)

[www.cnabrasil.org.br](http://www.cnabrasil.org.br)

